

VOTO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR):

**1. Delimitação da matéria em julgamento.**

São examinadas pretensões recursais distintas apresentadas em face de decisão no *habeas corpus* que tem por objeto a alegação de incompetência da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba para o processo e julgamento da Ação Penal n. 5046512-94.2016.4.04.7000 (caso “Triplex do Guarujá”).

A ordem concedida declarou a incompetência da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba, e conseqüentemente a nulidade dos atos decisórios praticados, nos termos do art. 567 do Código de Processo Penal, determinando a remessa dos autos à Seção Judiciária do Distrito Federal.

Diante da similitude fática e identidade dos fundamentos aplicáveis, a concessão da ordem foi estendida às Ações Penais ns. 5021365-32.2017.4.04.7000/PR (Sítio de Atibaia), 5063130-17.2018.4.04.7000/PR (sede do Instituto Lula) e 5044305-83.2020.4.04.7000/PR (doações ao Instituto Lula), nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

Como consequência dos efeitos do reconhecimento da incompetência do juízo processante, com fundamento no art. 21, IX, do RISTF, declarou-se a perda do objeto dos *habeas corpus* 164.493, 165.973, 190.943, 192.045, 193.433, 198.041, 178.596, 184.496, 174.988, 180.985, bem como das Reclamações 43.806, 45.948, 43.969 e 45.325, todos aforados em favor do ora paciente perante o Supremo Tribunal Federal e atinentes às referidas ações.

A Procuradoria-Geral da República interpôs agravo regimental em face da aludida decisão, almejando, em síntese, o pleno restabelecimento da competência da 13ª Vara Federal de Curitiba para o julgamento das ações penais deflagradas em desfavor do paciente; ou, subsidiariamente,

a atribuição de efeitos prospectivos à decisão agravada, permitindo-se o aproveitamento dos atos processuais pelo juízo declarado competente.

Os impetrantes, por sua vez, insurgem-se contra a projeção dos efeitos da ordem concedida em relação a demais feitos aforados perante o Supremo Tribunal Federal e a remessa da matéria para julgamento pelo Tribunal Pleno.

## 2. Afetação do julgamento ao Plenário.

Alegam os impetrantes que a afetação do presente feito a julgamento pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal teria sido alcançada pelas preclusões *pro iudicato* e consumativa, configurando, ainda, ofensa ao princípio do juiz natural; violação à boa-fé objetiva; e ao dever de motivação das decisões judiciais.

A afetação do julgamento de feitos ao Plenário do Supremo Tribunal Federal é atribuição discricionária do Relator, nos termos dos artigos 21, I e 22, ambos do RISTF, o qual, em sede de *habeas corpus*, ainda autoriza tal proceder nos seus arts. 6º, II, “c” e 21, XI.

O tema, aliás, encontra solução pacífica na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a partir do julgamento do HC 143.333, ocasião em que o Plenário, interpretando os dispositivos regimentais aplicáveis, afirmou ser atribuição discricionária do Relator a afetação de feitos para julgamento pelo Colegiado Maior.

A propósito:

**Ementa: HABEAS CORPUS. MATÉRIA CRIMINAL. PRISÃO PREVENTIVA. REMESSA AO PLENÁRIO. ATRIBUIÇÃO DISCRICIONÁRIA DO RELATOR. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. ALTERAÇÃO DO TÍTULO PRISIONAL. PREJUÍZO DO WRIT. IMPETRAÇÃO NÃO CONHECIDA. POSSIBILIDADE DE EXAME DA CONCESSÃO DE OFÍCIO. ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. REITERAÇÃO CRIMINOSA. ESCOPO EXTRAPROCESSUAL. ATUALIDADE DO RISCO.**

APRECIACÃO PARTICULARIZADA. LAVAGEM DE BENS. MODALIDADE OCULTAÇÃO. INFRAÇÃO PERMANENTE. CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA. INSUFICIÊNCIA. CRIME COMUM. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DA CAUSA. PLURALIDADE DE ACUSADOS. DIMENSÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM NÃO CONCEDIDA. 1. Sem prejuízo da legítima admissão regimental de específicas atuações fracionárias e unipessoais no âmbito desta Corte, o colegiado Plenário detém atribuição irrestrita para o exercício integral da competência constitucionalmente conferida ao Supremo Tribunal Federal. 2. Os regimentos internos dos Tribunais, editados com base no art. 96, I, "a", da Constituição Federal, consubstanciam normas primárias de idêntica categoria às leis, solucionando-se eventual antinomia não por critérios hierárquicos mas, sim, pela substância regulada, sendo que, no que tange ao funcionamento e organização dos afazeres do Estado-Juiz, prepondera o dispositivo regimental. Precedentes. 3. **Por força dos artigos 21, I, e 22, ambos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (RISTF), compete ao Relator, de maneira discricionária, a remessa de feitos ao Tribunal Pleno para julgamento, pronunciamento que, a teor do art. 305, RISTF, afigura-se irrecorrível. Especificamente no que concerne aos habeas corpus, tal proceder também é autorizado a partir da inteligência dos artigos 6º, II, "c" e 21, XI, RISTF. (...) 14. Habeas corpus não conhecido. (HC 143333, de minha relatoria, Tribunal Pleno, julgado em 12.4.2018 – destaquei).**

No simétrico sentido, registro precedente formado à unanimidade de votos no âmbito da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, de Relatoria da eminente Ministra Cármen Lúcia (Ext 1574 ED, julgamento em 25.10.2019).

Pela afetação, o julgamento do feito é submetido à deliberação do Tribunal Pleno, ao qual a Constituição Federal atribui legitimidade à

## HC 193726 AGR / PR

prestação jurisdicional sobre quaisquer causas inseridas na competência do Supremo Tribunal Federal.

Nessa dimensão, não há falar em preclusão do tema, violação à boa-fé objetiva ou carência de fundamentação, conforme bem pontuado pela eminente Ministra Cármen Lúcia no voto proferido por ocasião do julgamento da Ext 1574 ED.

Destaco, ainda, que a afetação do julgamento de feitos ao Plenário com fundamento nos arts. 6º, II, “c”; 21, I e XI; e 22, parágrafo único, “b”, todos do RISTF, difere do objeto de deliberação pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal nos autos da AP 618 QO, a afastar a aplicabilidade ao caso do precedente ali firmado.

A hipótese decidida nos autos da AP 618 QO difere substancialmente da verificada nestes autos. Na aludida questão de ordem, cuidou-se de continuidade de julgamento iniciado em determinado órgão colegiado.

Assento, pois, a regularidade da afetação ao Plenário do Supremo Tribunal Federal.

Em linha de coerência com a tese acima, prossigo no exame.

### **3. Análise do recurso da PGR quanto à competência da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba ao processo e julgamento da Ação Penal n. 5046512-94.2016.4.04.7000.**

Nas respectivas razões recursais, sustenta a Procuradoria-Geral da República que os fatos atribuídos ao ora paciente na Ação Penal n. 5046512-94.2016.4.04.7000/PR (caso “Triplex do Guarujá”) se amoldariam aos limites definidos pelo Supremo Tribunal Federal para a competência da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba ao processo e julgamento de casos relacionados à Operação Lava Jato, pois as vantagens indevidas teriam sido pagas pela Construtora OAS com recursos supostamente originados de contratos celebrados com a Petrobras S/A, aduzindo que tal contexto fático estaria de acordo com os entendimentos firmados no âmbito do Supremo Tribunal Federal por ocasião dos julgamentos do INQ 4.130 QO e do HC 132.295.

## HC 193726 AGR / PR

Nas contrarrazões recursais sustenta-se a impossibilidade de conhecimento do agravo regimental interposto pela Procuradoria-Geral da República nestes autos de *habeas corpus*, aduzindo faltar a condição jurídica de parte na presente relação processual, o que implicaria na ilegitimidade recursal ante a interpretação que empresta ao art. 317 do RISTF.

Nada obstante, a Constituição Federal incumbiu ao Ministério Público, como instituição permanente e essencial à jurisdição, a defesa da ordem jurídica, nos termos do *caput* do art. 127, encontrando-se na legislação infraconstitucional, interpretada de forma sistemática, os fundamentos de legitimidade que autorizam a análise do mérito da insurgência interposta pela Procuradoria-Geral da República.

Com efeito, o Código de Processo Civil, aplicável à hipótese pela norma integrativa que se extrai do art. 3º do Código de Processo Penal, preceitua no seu art. 179, II, que o Ministério Público, quando intervém nos autos na qualidade de fiscal da ordem jurídica, “*poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer*” (destaquei), reforçando tal legitimidade no capítulo das disposições gerais referentes aos recursos, especificamente no art. 996.

O Ministério Público Federal, quando atua perante o Supremo Tribunal Federal, por intermédio da Procuradoria-Geral da República, mesmo na qualidade de *custos legis*, detém legitimidade para a interposição de agravo regimental contra decisões monocráticas proferidas pelos Ministros relatores.

Ainda que na específica disciplina regimental (art. 317 do RISTF) o dispositivo faça alusão às partes, a interpretação restritiva não encontra amparo em inúmeros precedentes do Supremo Tribunal Federal, nos quais, igualmente em sede de *habeas corpus*, o Ministério Público foi considerado parte legítima à interposição de agravo regimental contra decisões monocráticas (HC 195.367 AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, j. 24.2.2021; HC 192.532 AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, j. 24.2.2021; HC 195.681 AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, j. 24.2.2021; RHC 145.417 AgR, Rel. Min.

## HC 193726 AGR / PR

Dias Toffoli, Segunda Turma, j. 8.6.2020; HC 190.851 AgR, de minha relatoria, Segunda Turma, j. 21.12.2020; HC 193.398 AgR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma, j. 21.12.2020; RHC 170.533 AgR, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, j. 23.11.2020; HC 183.620 AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, j. 18.8.2020; RHC 124.137 AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, j. 17.5.2016).

Ademais, o interesse recursal da Procuradoria-Geral da República é exposto nas respectivas razões (Doc. 40), nas quais manifesta legítima pretensão revisional de adequação dos precedentes citados na decisão agravada ao caso concreto, questionando, à luz de institutos processuais, os efeitos do reconhecimento da incompetência do juízo. A procedência ou não das razões recursais é tema afeto à análise do mérito da insurgência, o que não se confunde com a legitimidade e interesse recursais ora reconhecidos.

Constata-se, por tais razões, a cognoscibilidade do agravo regimental interposto pela Procuradoria-Geral da República.

No mérito, a irresignação recursal, contudo, contrasta com o entendimento majoritariamente dominante neste Tribunal. A pretensão da Procuradoria-Geral da República volta-se ao reconhecimento da plena competência da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba, por prevenção, ao julgamento de (i) *“feitos abrangidos pela chamada ‘Operação Lava Jato’, entendidos como aqueles que tenham por objeto crimes praticados no âmbito do esquema criminoso que vitimou a Petrobras; e de (ii) “feitos que, ainda que não tenham como objeto crimes imediatamente relacionados à referida sociedade empresária estatal, apresentem relação de conexão com a mencionada operação e tenham sido praticados no Paraná”* (Doc. 40).

Embora as razões ministeriais se amoldem ao entendimento que já externei em questões envolvendo a competência da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba, seja nas hipóteses de declinação de feitos, ou ainda em casos de remessa de termos de depoimentos prestados em acordos de colaboração premiada, restei vencido na maioria das deliberações colegiadas.

Vem demonstrado na decisão agravada a multiplicidade de ilícitos

## HC 193726 AGR / PR

revelados a partir das investigações realizadas no âmbito da Operação Lava Jato, sendo que a concentração de feitos sob a competência da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba foi objeto de inúmeros questionamentos perante o Supremo Tribunal Federal, sendo depurada ao longo dos últimos 5 (cinco) anos.

A elucidação das complexas práticas delituosas, nas quais estão envolvidos representantes das maiores empreiteiras em operação no país; dirigentes de órgãos públicos, sociedades de economia mista e empresas públicas; agentes políticos e agentes financeiros, teve origem em investigação policial supervisionada pela 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba, cujo objeto era a apuração de crimes de lavagem de dinheiro consumados na cidade de Londrina/PR.

O avanço das investigações desvendou uma sofisticada rede de relacionamentos entre agentes públicos e privados com o objetivo de viabilizar a celebração de contratos espúrios, em prejuízo à administração pública, mediante o pagamento de vantagens indevidas por parte de empresas cartelizadas, as quais se revezavam em tais contratações.

A partir das notícias de envolvimento de agentes públicos detentores de prerrogativa de função, o Supremo Tribunal Federal também passou a exercer jurisdição de forma concomitante à 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba, tendo o saudoso Ministro Teori Zavascki como relator dos feitos atinentes à Operação Lava Jato, em razão da distribuição do HC 121.918, em 31.3.2014.

O ponto de partida do processo de definição de parâmetros à determinação da competência da 13ª Vara Federal de Curitiba, por força da conexão, foi o julgamento de questão de ordem suscitada pelo eminente Ministro Dias Toffoli nos autos do INQ 4.130, realizado em 23.9.2015.

Na oportunidade, por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal assentou, dentre outras teses, que (i) “[A] colaboração premiada, como meio de obtenção de prova, não constitui critério de determinação, de modificação ou de concentração de competência”; e que, no caso penal subjacente, praticado no âmbito do Ministério do

## HC 193726 AGR / PR

Planejamento, Orçamento e Gestão, não havia relação de dependência com a investigação de fraudes e desvios de recursos no âmbito da Petrobras S/A, consignando-se que (ii) “[N]enhum órgão jurisdicional pode-se arvorar de juízo universal de todo e qualquer crime relacionado a desvio de verbas para fins político-partidários, à revelia das regras de competência”.

Definiu-se, em resumo, que a prevenção do saudoso Ministro Teori Zavascki no âmbito do Supremo Tribunal Federal, de tal modo a da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba, no contexto da “Operação Lava Jato”, seria restrita aos fatos relacionados a ilícitos praticados em detrimento da Petrobras S/A, afirmando-se que a homologação de um acordo de colaboração premiada não constitui critério de determinação, modificação ou concentração de competência, considerados os fatos relatados.

Seguindo essas diretrizes fixadas pelo Plenário, desde que assumi a relatoria dos casos relacionados à denominada Operação Lava Jato, submeti dezenas de processos, em especial os deflagrados em decorrência de acordos de colaboração premiada, à Presidência do Supremo Tribunal Federal para fins de exame quanto à distribuição.

Apenas na classe INQ (inquérito), 69 (sessenta e nove) procedimentos foram redistribuídos entre os eminentes integrantes do Supremo Tribunal Federal, circunstância que revela a amplitude de atuação criminosa contra administração pública.

A título ilustrativo, cito decisão proferida em 12.5.2017 nos autos do INQ 4.435, deflagrado para apuração do suposto recebimento, nos anos de 2010 e 2014 de valores repassados pelo denominado *Setor de Operações Estruturadas* do Grupo Odebrecht, o qual, em contrapartida, almejava facilitação na celebração de contratos em obras relacionadas às Olimpíadas de 2016.

Constatada a inexistência de relação entre os fatos que seriam apurados com aqueles aptos a configurar a prevenção, encaminhei a questão à deliberação da Presidência do Supremo Tribunal Federal, ocasião em que se determinou a livre distribuição daqueles autos.

No ano de 2017, a Procuradoria-Geral da República, em razão de

## HC 193726 AGR / PR

fatos investigados nos autos dos INQs 4.327 e 4.483, ofertou denúncia em desfavor de Michel Miguel Elias Temer Lulia (então Presidente da República), Eduardo Cosentino da Cunha, Henrique Eduardo Lyra Alves, Geddel Quadros Vieira Lima, Rodrigo Santos da Rocha Loures, Eliseu Lemos Padilha e Wellington Moreira Franco, atribuindo-lhes a autoria do crime de promover, constituir, financiar ou integrar organização criminosa, nos termos do art. 2º, § 4º, II, III e V, da Lei n. 12.850/2013. Denunciou, ainda, o crime de embaraço à investigação referente à infração penal que envolva organização criminosa, previsto no art. 2º, § 1º, do mesmo diploma legal.

Como é de amplo conhecimento, a Câmara dos Deputados negou autorização para a instauração de processo penal em face do então Presidente da República, Michel Miguel Elias Temer Lulia, e dos então Ministros de Estado Eliseu Lemos Padilha e Wellington Moreira Franco, no exercício da competência prevista no art. 51, I, da Constituição Federal.

Naquele cenário, por meio de decisão monocrática proferida em 31.10.2017, determinei o desmembramento do feito em relação aos demais acusados, com a remessa dos autos ao Juízo da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba, por prevenção aos casos relacionados à Operação Lava Jato, a partir da compreensão de que a denúncia ali oferecida dizia respeito a apenas uma fração da mesma organização criminosa, estruturada de forma complexa em núcleos com atribuições específicas.

Tal definição de competência foi objeto de irrisignações manifestadas por diversos denunciados, em agravos regimentais levados à deliberação do Plenário do Supremo Tribunal Federal que, em julgamento finalizado em 19.12.2017, deu parcial provimento às insurgências para afirmar a competência da Seção Judiciária do Distrito Federal ao processo e julgamento da denúncia, ponto no qual restei vencido.

Nos termos do voto condutor da deliberação majoritária, proferido pelo eminente Ministro Alexandre de Moraes, a atuação da fração do

núcleo político da organização criminosa denunciada, composta por integrantes do então denominado Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), teria ocorrido no âmbito do Congresso Nacional, razão pela qual, perante a inexistência de ligação direta dos fatos denunciados com os delitos praticados em detrimento da Petrobras S/A, não seria possível reconhecer a prevenção da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba.

Por oportuno, trago à colação os fundamentos declinados por Sua Excelência, no voto vencedor:

“(…)

Entendo que há possibilidade de desmembramento, mas há inexistência de prevenção. Não entendo que haja, nesse caso, a prevenção citada pelo ilustre Ministro-Relator, não só pelos autos, mas pela própria análise feita no voto de Sua Excelência, em alguns tópicos, não há essa ligação direta da denúncia, ofertada por organização criminosa, no 4.327, que se subsume à questão do núcleo político de integrantes do PMDB, com atuação na Câmara dos Deputados. Inclusive - e vários trechos da denúncia narram esses fatos - com atuação em aprovação de medidas provisórias, ou seja, atuação no processo legislativo mediante paga ou mediante vantagens, algumas até, segundo a denúncia, disfarçadas de doações eleitorais. **Ou seja, são fatos - e os principais fatos apontados pelo Procurador-Geral da República - ocorridos no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, na articulação, como disse o Procurador-Geral da República, ilícita, uma articulação política ilícita. Não são fatos diretamente ligados à questão só da Lava-jato, da Petrobras, ou seja, nós estaríamos, a meu ver, remetendo à 13ª Vara de Curitiba fatos que não têm nenhuma ou, se têm, são relações bem *a latere* do que lá se iniciou e foi julgado.**

Há um acórdão de lavra do eminente Ministro Dias Toffoli, que fala exatamente isso em relação a outro caso, que a questão Lava-jato ficou uma marca. A própria Imprensa diz: ‘Lava-jato do Rio de Janeiro, Lavajato do Mato Grosso, Lava-jato...’ Mas os fatos que geraram a Lava-jato são fatos

relacionados à Petrobras. Esses fatos, independentemente de algumas pessoas estarem sendo acusadas e processadas por fatos lá e aqui, não se pode transformar a 13ª Vara de Curitiba em um juízo universal de todos os fatos ligados eventualmente a pessoas, que também lá estão sendo processadas por fatos ligado à 'Lava Jato'.

Entendo que não há essa prevenção, inclusive - aqui pedindo a devida vênua ao Relator -, porque o próprio Ministro-Relator reconhece, em um primeiro momento, a meu ver corretamente, a autonomia desse crime de organização criminosa, em relação aos crimes praticados pela organização criminosa.

E os fatos já julgados em Curitiba que, conforme folhas 15 e 16 do voto de Sua Excelência, são apontados pelo eminente Ministro-Relator como aqueles que ensejariam a prevenção da 13ª Vara Federal, na verdade, a meu ver, não o fazem, primeiro, porque são outras pessoas que estão sendo processadas nessas duas ações penais citadas pelo eminente Ministro; segundo, porque os fatos são totalmente diversos.

Aqui há uma acusação ampla, pela Procuradoria-Geral da República, em relação à montagem de uma organização criminosa para a prática de corrupção, principalmente dentro do processo legislativo, com citação de medidas provisórias - algo muito mais amplo do que questões específicas tratadas a respeito de outras pessoas na 13ª Vara de Curitiba. Então, inclusive, porque muitos casos já foram julgados em primeira instância em Curitiba, a meu ver, não há prevenção. **Portanto, em relação a esse ponto do desmembramento para a primeira instância, entendo possível; mas não com prevenção, devendo ser distribuído normalmente aqui em Brasília.**" (INQ 4.327 AgR-Segundo, Inteiro Teor, fls. 2.207-2.208 – destaquei)

Nesse momento foi estabelecido mais um filtro à competência da 13ª Vara Federal de Curitiba: crimes relacionados à formação ou integração de organização criminosa, especificamente no que diz respeito aos núcleos políticos, ainda que evidenciados no contexto das investigações

## HC 193726 AGR / PR

levadas a efeito na Operação Lava Jato, devem ser processados em Brasília/DF.

Em presença da maioria formada no aludido julgamento, mesmo nele vencido, apliquei o entendimento a outros casos que se encontravam sob minha relatoria, merecendo destaque o INQ 4.325, no qual a Procuradoria-Geral da República ofereceu denúncia em face de Luiz Inácio Lula da Silva (ora paciente), entre outros, imputando-lhes a prática do crime de organização criminosa.

A denúncia, ofertada em 6.9.2017, cuidava da fração do núcleo político da organização criminosa integrada por agentes filiados ao Partido dos Trabalhadores. Diante da inclusão de agentes não detentores de foro por prerrogativa de função no Supremo Tribunal Federal, por meio de decisão proferida em 6.3.2018, promovi o desmembramento do feito em relação a estes, dentre os quais o ora paciente, determinando a remessa dos autos à Seção Judiciária do Distrito Federal, com base no precedente firmado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal no julgamento dos agravos regimentais interpostos nos INQs 4.327 e 4.483.

A propósito:

“(…)

Na espécie, conforme manifestação advinda da atual Procuradora-Geral da República, ao se posicionar nos autos após exposições defensivas, haveria interligação da conduta imputada à única denunciada a ostentar prerrogativa de foro perante o Supremo Tribunal Federal, a Senadora da República Gleise Helena Hoffmann, com aquela desenvolvida pelo também acusado Paulo Bernardo Silva.

Nesse sentido, percuciente a análise da narrativa fática descrita na peça acusatória, indicando somente a presença de estreito liame entre o modo de agir, em tese, perpetrado por esses específicos denunciados, notadamente pelo conluio verificado na suposta implementação, por ambos, dos sequenciais episódios ali narrados.

Destarte, ao serem acusados de promover, constituir, financiar ou integrar organização criminosa, a eles foi imputada

a responsabilidade de compor, segundo definição da acusação, o 'subnúcleo político' (fl. 288) da agremiação do Partido dos Trabalhadores (PT), atuando de forma concertada nas atividades desenvolvidas pelo grupo criminoso, sendo que, em mais de uma oportunidade, foram responsabilizados pelo recebimento, em conjunto, de vantagem indevida. Ilustrativo, a esse respeito, são os seguintes trechos:

(...)

À luz desse cenário, e em juízo superficial, eis que ainda não sujeito a qualquer contraditório, justificável a manutenção de ambos neste inquérito, como dito, na medida em que a narrativa constante da denúncia denota especial interligação nas condutas descritas, a recomendar pronunciamento abrangente desta Suprema Corte quanto aos fatos narrados e evitar decisões contraditórias. A propósito, deste modo tem se manifestado esta Corte, em julgados abaixo colacionados, os quais não levam grifos no original:

(...)

Pelos mesmos critérios antes delineados, defere-se também o pedido de cisão do feito com relação aos demais envolvidos na suposta organização criminoso, cujas atuações não estão umbilicalmente ligadas às condutas da autoridade com foro por prerrogativa de função.

Com relação ao juízo que receberá a demanda, almeja a acusação, como adiantado, 'o declínio da imputação formulada contra Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Vana Rousseff, Antônio Palocci Filho, Guido Mantega, João Vaccari Neto e Edson Antonio Edinho da Silva para a 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Paraná' (fls. 967-969).

Nesse tema, concluído o julgamento conjunto dos agravos regimentais interpostos nos autos dos INQ 4.327 e INQ 4.483, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 19.12.2017, deliberou, por unanimidade, por manter os desmembramentos determinados naquela decisão objurgada e, ainda, por maioria, vencido, no ponto, este Relator, por determinar a remessa dos autos, no que diz respeito aos não detentores de foro por

## HC 193726 AGR / PR

prerrogativa de função e especificamente quanto à imputação do crime de promoção, constituição, financiamento e integração de organização criminosa (art. 2º, § 4º, II, III e V, da Lei 12.850/2013), à Seção Judiciária do Distrito Federal, com livre distribuição dos autos.

Em suma, decidiu-se que o 'núcleo político' deveria ser processado nesta Capital Federal.

Logo, em observância ao superveniente entendimento externado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, impõe-se a remessa deste feito, quanto aos demais investigados, à exceção de Edson Antônio Edinho da Silva, à Seção Judiciária do Distrito Federal, com livre distribuição.

No que diz respeito a Edson Antônio Edinho da Silva, na qualidade de Prefeito de Araraquara/SP, detém, nos termos do art. 29, X, da Constituição Federal, foro por prerrogativa de função, sendo, conforme entendimento consagrado na Súmula STF 704, atribuído ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região" (INQ 4.325, decisão de 6.3.2018).

Essa decisão foi objeto de agravo regimental interposto pela defesa do ora paciente, no qual foi deduzida pretensão de reconhecimento da competência do Supremo Tribunal Federal para "*processar e julgar as condutas entrelaçadas imputadas ao Agravante e à autoridade com prerrogativa de foro*" (PET 7.792, fl. 1.027), o que foi negado pela Segunda Turma em julgamento realizado em 13.11.2018.

Nada obstante vencido no tema de fundo, no mesmo sentido foram as decisões monocráticas proferidas nos seguintes feitos, todos de minha relatoria: INQ 3.989, DJe 5.3.2018; INQ 4.326, DJe 5.3.2018; PET 7.313, DJe 13.3.2018; PET 7.314, DJe 13.3.2018; PET 7.327, DJe 13.3.2018; INQ 3.989, DJe 20.4.2018; PET 7.387, DJe 16.5.2018; RCL 31.994, DJe 11.10.2018; INQ 3.989, DJe 15.3.2019.

Idênticos fundamentos foram replicados nos seguintes julgamentos realizados no âmbito da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal: PET 7.790, em 13.11.2018; PET 7.792, em 13.11.2018; INQ 3.989 AgR-Terceiro, em 21.9.2018; e PET 8.144 AgR, em 1º.8.2019.

Dignos de nota, no ano de 2018, são os julgamentos realizados no âmbito da Segunda Turma em embargos de declaração e agravo regimental interpostos pela defesa do ora paciente nos autos das PETs 6.780 e 6.664, respectivamente, as quais cuidavam de termos de depoimento prestados por colaboradores da justiça ligados ao Grupo Odebrecht, remetidos à 13ª Vara Federal de Curitiba para a instrução de feitos ali em tramitação.

A remessa ao aludido juízo era justamente o objeto das irresignações, ambas acolhidas por deliberação colegiada majoritária nas quais restei vencido na honrosa companhia do Ministro Celso de Mello, nos termos de voto proferido pelo eminente Ministro Dias Toffoli, quando Sua Excelência ainda integrava a Segunda Turma. Trago à colação os fundamentos declinados por Sua Excelência por ocasião do julgamento dos embargos de declaração no agravo regimental na PET 6.780:

“(…)

Todavia, pedindo vênias ao eminente Relator, não diviso, ao menos por ora, nenhuma imbricação específica dos fatos descritos nos termos de colaboração com desvios de valores operados no âmbito da Petrobras.

Com efeito, o colaborador João Carlos trata, no anexo 4, de ‘garantias do financiamento a projeto de interesse da Odebrecht em Cuba’, referindo-se ao Porto de Mariel e a sua Zona Franca Industrial.

Os colaboradores Alexandrino Alencar, Carlos Paschoal, Emyr Costa, Paul Altit, Paulo Ricardo Melo se referem à aquisição de imóvel para a construção da sede do Instituto Lula, bem como à reforma de um sítio em Atibaia, ambos custeados pela Odebrecht – segundo Alexandrino Alencar, como contrapartida pela influência política exercida pelo ex-presidente em favor do Grupo Odebrecht.

O colaborador Emílio Odebrecht, em seus anexos, faz referência, dentre outros eventos, a empreendimentos hidrelétricos no Rio Madeira, a despesas em favor do embargante com o sítio de Atibaia, e a projetos na Venezuela.

Finalmente, o colaborador Marcelo Odebrecht noticiou que os valores empregados na compra do imóvel onde seria instalado o Instituto Lula teriam sido descontados, em acerto com Antônio Palocci, da denominada 'conta amigo', acrescentando que, em 2010, ambos teriam combinado de provisionar 35 milhões de reais na conta corrente mantida com o Partido dos Trabalhadores para 'suportar gastos e despesas do então Presidente Lula'.

Nesse contexto, ainda que o Ministério Público Federal possa ter suspeitas, fundadas em seu conhecimento direto da existência de outros processos ou investigações, de que os supostos pagamentos noticiados nos termos de colaboração teriam origem em fraudes ocorridas no âmbito da Petrobras, não há nenhuma demonstração desse liame nos presentes autos.

Dito de outro modo, ao menos em face dos elementos de prova amealhados neste feito, a gênese dos pagamentos noticiados nos autos não se mostra unívoca.

Logo, a meu sentir, os termos de colaboração em questão devem ser remetidos à Seção Judiciária do Estado de São Paulo, em cuja jurisdição, em tese, teria ocorrido a maior parte dos fatos narrados pelos colaboradores.

Por fim, como a investigação se encontra em fase embrionária diante da impossibilidade, em sede de cognição sumária, de se verticalizar a análise de todos os aspectos concernentes à declinação de competência, o encaminhamento dos termos de colaboração e respectivos anexos não firmará, em definitivo, a competência do juízo indicado, devendo ser observadas, exemplificativamente, as regras de fixação, de modificação e de concentração de competência referidas no Inq nº 4.130/PR-QO, respeitando-se, assim, o princípio do juiz natural.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração, com efeitos modificativos, para determinar a remessa dos termos de colaboração e de seus respectivos elementos de corroboração à Seção Judiciária do Estado de São Paulo." (PET 6.780 AgR-

Quarto-ED, Inteiro teor, fls. 290-291 – destaquei)

Rememoro, ainda, o julgamento de agravos regimentais interpostos nos autos da PET 6.820, finalizado em 6.2.2018, no qual termos de depoimento prestados por colaborador da justiça ligado ao Grupo Odebrecht, inicialmente remetidos à 13ª Vara Federal de Curitiba, foram redirecionados à Justiça Eleitoral do Estado de São Paulo.

Embora não tratasse o feito de procedimento investigativo, e sim de direcionamento de termos de depoimento ao juízo aparentemente competente, a colenda Segunda Turma, em deliberação na qual restei novamente vencido, assentou que os fatos narrados pelo agente colaborador ofenderiam bens jurídicos tutelados pela legislação penal eleitoral, definindo a competência em favor da Justiça Especializada, conforme se infere da ementa a seguir transcrita:

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO. COLABORAÇÃO PREMIADA NO BOJO DA OPERAÇÃO “LAVA-JATO”. ODEBRECHT. ELEIÇÕES DE 2010. GOVERNO DE SP. PAGAMENTOS POR MEIO DE CAIXA DOIS. CRIMES DE FALSIDADE IDEOLÓGICA E CONEXOS. CRIME ELEITORAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE JUSTIÇA COMUM E JUSTIÇA ELEITORAL. ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS À JUSTIÇA ELEITORAL. PRECEDENTES. I – O Parquet Federal, ao elaborar “REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO”, referiu-se a pagamentos por meio de “Caixa Dois”. II - Somente no momento de ofertar as contrarrazões ao agravo regimental, inovando com relação ao seu entendimento anterior, passou a sustentar que “a narrativa fática aponta, em princípio, para eventual prática de crimes, tais como corrupção passiva (art. 317 do Código Penal) e falsidade ideológica eleitoral (art. 350 do Código Eleitoral)”. III - O Código Eleitoral, em seu título III, o qual detalha o âmbito de atuação dos juízes eleitorais, estabelece, no art. 35, que: “Compete aos juízes (...) II - processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns que lhe

forem conexos, ressalvada a competência originária do Tribunal Superior e dos Tribunais Regionais”. IV - O denominado “Caixa 2” sempre foi tratado como crime eleitoral, mesmo quando sequer existia essa tipificação legal. V - Recentemente, a Lei 13.488/2017 incluiu o art. 354-A no Código Eleitoral para punir com reclusão de dois a seis anos, mais multa, a seguinte conduta: “Apropriar-se o candidato, o administrador financeiro da campanha, ou quem de fato exerça essa função, de bens, recursos ou valores destinados ao financiamento eleitoral, em proveito próprio ou alheio”. VI - Ainda que se cogite da hipótese aventada a posteriori pelo MPF, segundo a qual também teriam sido praticados delitos comuns, dúvida não há de que se estaria, em tese, diante de um crime conexo, nos exatos termos do art. 35, II, do referido Codex. VII - A orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, com o intuito de evitar possíveis nulidades, assenta que, (...) em se verificando (...) que há processo penal, em andamento na Justiça Federal, por crimes eleitorais e crimes comuns conexos, é de se conceder habeas corpus, de ofício, para anulação, a partir da denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, e encaminhamento dos autos respectivos a` Justiça Eleitoral de primeira instância” (CC 7033/SP, Rel. Min. SYDNEY SANCHES, Tribunal Pleno, de 2/10/1996). VIII - A mesma orientação se vê em julgados mais recentes, a exemplo da Pet 5700/DF, rel. Min. Celso de Mello. IX - Remessa do feito à Justiça Eleitoral de São Paulo. (Pet 6820 AgR-ED, Rel.: EDSON FACHIN, Rel. p/ Acórdão: RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, j. em 6.2.2018)

Sobre o tema, cumpre assentar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do INQ 4.435 AgR-Quarto, da relatoria do eminente Decano, o Ministro Marco Aurélio, afirmou a competência absoluta da Justiça Eleitoral ao processo e julgamento de fatos ilícitos que violem bens jurídicos tutelados pela legislação penal eleitoral, inclusive para decidir sobre a possibilidade de desmembramento dos delitos comuns conexos.

A propósito:

COMPETÊNCIA – JUSTIÇA ELEITORAL – CRIMES CONEXOS. Compete à Justiça Eleitoral julgar os crimes eleitorais e os comuns que lhe forem conexos – inteligência dos artigos 109, inciso IV, e 121 da Constituição Federal, 35, inciso II, do Código Eleitoral e 78, inciso IV, do Código de Processo Penal. (Inq 4435 AgR-quarto, Rel.: MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, j. Em 14.3.2019)

Mesmo vencido nas aludidas deliberações colegiadas, em observância ao princípio da colegialidade, repliquei o entendimento majoritário em diversas decisões monocráticas (PET 7.569, DJe 10.8.2018; INQ 4.462, DJe 9.11.2018; INQ 4.462, DJe 6.2.2019; INQ 4.445, DJe 2.4.2019; PET 7.783, DJe 8.4.2019; PET 7.769, em 30.4.2019; INQ 4.629, DJe 30.4.2019; INQ 4.742, em 16.4.2019; PET 8.204, em 5.9.2019; PET 8.341, em 2.10.2019; e PET 7.781, DJe 27.11.2019).

Da mesma forma, no âmbito da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sempre com ressalva de posicionamento: INQ 4.428 QO, em 28.8.2018; PET 7.832 AgR, em 20.3.2019; e PET 8.054, em 20.9.2019.

Outra vez no histórico de delimitação da competência da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba, trago ao Plenário o conhecimento do resultado do julgamento da PET 8.090 AgR no âmbito da Segunda Turma, ocorrido em 8.9.2020, no qual, uma vez mais, restei vencido, em que o cerne da controvérsia cingia-se a definir o juízo destinatário das investigações declinadas no bojo do INQ 4.215.

Tratava-se de agravo regimental em que o recorrente manifestou oposição à remessa do feito ao Juízo da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR. Na fundamentação do voto, assentei o contexto da investigação, particularmente no que concerne *“aos supostos atos criminosos estruturados em uma das subsidiárias (Transpetro) integrais da aludida sociedade de economia mista, a Petrobras Transporte S/A.”*

Na oportunidade, consignei a pertinência do argumento deduzido pela Procuradoria-Geral da República de que os fatos investigados eram,

*“a toda evidência, associados diretamente ao esquema criminoso de corrupção e de lavagem de dinheiro, investigado no contexto da ‘Operação Lava Jato’ e que lesou frontalmente os cofres da PETROBRAS. Tal situação afasta, de per se, a aplicação, ao presente caso, da regra do art. 70 do Código Penal”.* Registrei, ainda, que parte do material resultante de colaboração premiada também fora enviado ao referido juízo.

Nada obstante, a Segunda Turma reconheceu a competência ao processo e julgamento em favor da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos termos da compreensão vertida no voto do Ministro Gilmar Mendes, designado redator para o acórdão em razão do empate verificado na votação:

PENAL. PROCESSO PENAL. INQUÉRITO. AGRAVOS REGIMENTAIS. DECLÍNIO DA COMPETÊNCIA DO STF PARA A 13ª VARA FEDERAL DE CURITIBA. REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE EM RELAÇÃO À COMPETÊNCIA DA REFERIDA VARA FEDERAL. PRECEDENTES. FATOS RELACIONADOS À TRANSPETRO. CRIMES SUPOSTAMENTE COMETIDOS POR PARLAMENTARES NA CIDADE DE BRASÍLIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL. PROVIMENTO DOS AGRAVOS REGIMENTAIS PARA DETERMINAÇÃO DA REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO COMPETENTE, PARA SUPERVISÃO DO INQUÉRITO E ANÁLISE SOBRE NULIDADE OU CONVALIDAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS EM CASO DE EVENTUAL RECEBIMENTO DA DENÚNCIA.

1. O fato de a polícia judiciária ou o Ministério Público Federal denominarem determinadas apurações como fases da Operação Lava Jato, a partir de uma sequência de investigações sobre crimes diversos, não se sobrepõe às normas disciplinadoras de competência. Precedente: INQ 4.130 QO, Rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, DJe 3.2.2016.

2. A competência não pode ser definida a partir de um critério temático e aglutinativo de casos atribuídos

aleatoriamente pelos órgãos de persecução e julgamento, como se tudo fizesse parte de um mesmo contexto, independente das peculiaridades de cada situação.

3. A colaboração premiada, como meio de obtenção de prova, não constitui critério de determinação, de modificação ou de concentração da competência.

4. Os elementos de informação trazidos pelo colaborador a respeito de crimes que não sejam conexos ao objeto da investigação primária devem receber o mesmo tratamento conferido à descoberta fortuita ou ao encontro fortuito de provas.

5. A prevenção não é critério primário de determinação da competência, mas sim de sua concentração, tratando-se de regra de aplicação residual.

6. O estabelecimento de um juízo universal para a apuração de desvios envolvendo vantagens indevidas pessoais ou a partidos políticos viola a garantia do juiz natural.

7. No caso em análise, as investigações deflagradas contra os recorrentes estão relacionadas a supostos crimes cometidos no âmbito da Transpetro. Os recorrentes exerciam mandatos parlamentares e os alegados atos ilícitos ocorreram em Brasília.

8. Provimento dos agravos regimentais para reconhecer a competência da Justiça Federal no Distrito Federal, com a determinação da imediata remessa dos autos para supervisão do inquérito e eventual manifestação sobre a nulidade ou convalidação dos atos processuais, em caso de eventual recebimento da denúncia pelo Juízo incompetente.

Em respeito a essa direção, recentemente, em 2.3.2021, concedi a ordem de *habeas corpus*, de ofício, no HC 198.081, na compreensão de conferir simetria e coerência ao que fora objeto de julgamento na PET 8.090, pois deparei que “as condutas atribuídas aos pacientes foram praticadas no contexto de contratações levadas a efeito no âmbito da Transpetro S/A, o que afasta, a partir do entendimento firmado por ocasião do julgamento da PET 8.090 AgR, a competência da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba”.

## HC 193726 AGR / PR

No específico ponto, a ora agravante, a Procuradoria-Geral da República, nada obstante intimada, não interpôs recurso contra o acórdão proferido nos autos da PET 8.090. Nos autos do HC 198.081, intimada em 12.3.2021 do teor da decisão monocrática proferida, a Procuradoria-Geral da República, em 25.3.2021 manifestou pretensão de reconsideração, requerendo somente a modificação do juízo declarado competente. Em ambos os autos, sobrevieram pedidos de extensão das respectivas ordens concedidas em favor de outros corréus.

Como se vê, a competência da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba foi sendo entalhada à medida em que novas circunstâncias fáticas foram trazidas ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal que, em precedentes firmados pelo Tribunal Pleno ou pela Segunda Turma, sem embargo dos posicionamentos divergentes, culminou em afirmá-la apenas em relação aos crimes praticados direta e exclusivamente em detrimento apenas da Petrobras S/A.

Retomando a análise das razões recursais declinadas pela Procuradoria-Geral da República, calha destacar que na exordial acusatória ofertada em desfavor do paciente e outros 7 (sete) corréus perante a 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba (Doc. 3), a qual deu origem à Ação Penal n. 5046512-94.2016.4.04.7000/PR (caso “Triplex do Guarujá”), o Ministério Público Federal lhe atribui a prática dos crimes de corrupção passiva e lavagem de capitais, à época em que investido no mandato de Presidente da República.

A narrativa ministerial contextualiza as específicas imputações ao paciente no exercício das atribuições de mandatário da chefia do Poder Executivo da União, no qual teria comandado *“a formação de um esquema delituoso de desvio de recursos públicos destinados a enriquecer ilicitamente, bem como, visando à perpetuação criminosa no poder, comprar apoio parlamentar e financiar caras campanhas eleitorais”* (Doc. 3, fl. 6).

Nada obstante a extensão do contexto delitivo exposto na denúncia, no seu item 1 o Ministério Público Federal deste modo sintetiza a descrição dos delitos imputados aos denunciados:

“(…)

Com efeito, em datas ainda não estabelecidas, mas compreendidas entre 11/10/2006 e 23/01/2012, **LULA**, de modo consciente e voluntário, em razão de sua função e como responsável pela nomeação e manutenção de RENATO DE SOUZA DUQUE [RENATO DUQUE] e PAULO ROBERTO COSTA nas Diretorias de Serviços e Abastecimento da PETROBRAS, solicitou, aceitou promessa e recebeu, direta e indiretamente, para si e para outrem, inclusive por intermédio de tais funcionários públicos, vantagens indevidas, as quais foram de outro lado e de modo convergente oferecidas e prometidas por **LÉO PINHEIRO** e **AGENOR MEDEIROS**, executivos do Grupo OAS, para que estes obtivessem benefícios para o CONSÓRCIO CONPAR, contratado pela PETROBRAS para a execução de obras de 'ISBL da Carteira de Gasolina e UGHE HDT de instáveis da Carteira de Coque' da Refinaria Getúlio Vargas - REPAR e para o CONSÓRCIO RNEST/CONEST, contratado pela PETROBRAS para a implantação das UHDT's e UGH's da Refinaria Abreu e Lima - RNEST, e para a implantação das UDA's da Refinaria Abreu e Lima - RNEST. As vantagens foram prometidas e oferecidas por **LÉO PINHEIRO** e **AGENOR MEDEIROS**, a **LULA**, RENATO DUQUE, PAULO ROBERTO COSTA e PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO [PEDRO BARUSCO], para determiná-los a, infringindo deveres legais, praticar e omitir atos de ofício no interesse dos referidos contratos.

(...)

**LULA**, de modo consciente e voluntário, no contexto das atividades da organização criminosa abaixo exposta, em concurso e unidade de desígnios com **MARISA LETÍCIA**, **LÉO PINHEIRO**, **PAULO GORDILHO**, **FÁBIO YONAMIME** e **ROBERTO MOREIRA**, pelo menos desde data próxima a 08/10/2009 até a presente data, dissimularam e ocultaram a origem, a movimentação, a disposição e a propriedade de **R\$ 2.424.990,83**, provenientes dos crimes de cartel, fraude à licitação e corrupção praticados pelos executivos da CONSTRUTORA OAS em detrimento da Administração

Pública Federal, notadamente da PETROBRAS, conforme descrito nesta peça, por meio: **(i)** da aquisição em favor de **LULA** e **MARISA LETÍCIA**, por intermédio da OAS EMPREENDIMENTOS, do apartamento 164-A do Condomínio Solaris, localizado na Av. Gal. Monteiro de Barros, nº 638, em Guarujá/SP, no valor de **R\$ 1.147.770,96**, assim como pela manutenção em nome da OAS EMPREENDIMENTOS do apartamento que pertencia a **LULA** e **MARISA LETÍCIA**, pelo menos desde data próxima a 08/10/2009 até a presente data; **(ii)** do pagamento de **R\$ 926.228,82**, entre 08/07/2014 e 18/11/2014, pela OAS EMPREENDIMENTOS à TALLETO CONSTRUTORA LTDA., para efetuar as reformas estruturais e de acabamento realizadas no imóvel para adequá-lo aos desejos da família do ex-Presidente da República; e **(iii)** do pagamento de **R\$ 330.991,05**, entre 26/09/2014 e 11/11/2014, pela OAS EMPREENDIMENTOS à KITCHENS COZINHAS E DECORAÇÕES LTDA. e à FAST SHOP S.A., para custear a aquisição de móveis de decoração e de eletrodomésticos para o referido apartamento, adequando-o aos desejos da família do ex-Presidente da República.

(...)

**LULA**, de modo consciente e voluntário, no contexto das atividades da organização criminosa abaixo exposta, em concurso e unidade de desígnios com **LÉO PINHEIRO** e **PAULO OKAMOTO**, no período compreendido entre 01/01/2011 e 16/01/2016, dissimularam a origem, a movimentação e a disposição de **R\$ 1.313.747,24** provenientes dos crimes de cartel, fraude à licitação e corrupção praticados pelos executivos da CONSTRUTORA OAS, em detrimento da Administração Pública Federal, notadamente da PETROBRAS, conforme descrito nesta peça, por meio de contrato ideologicamente falso de armazenagem de materiais de escritório e mobiliário corporativo de propriedade da CONSTRUTORA OAS, o qual se destinada na verdade a armazenar bens pessoais de **LULA**, firmado com a empresa GRANERO TRANSPORTES LTDA., que redundou em 61

pagamentos mensais no valor de **R\$ 21.536,84** cada.

Todo valor objeto da lavagem também se constitui em vantagem indevidamente recebida por LULA, totalizando **R\$ 3.738.738,07.**" (Doc. 3, fls. 5-6, destaques no original).

Mais adiante, o Ministério Público Federal, considerada igualmente a extensão do relatado, bem delimita o objeto da pretensão punitiva estatal formulada, no caso sob análise e de forma específica, em detrimento do ora paciente:

"(...)

11. A partir desse macrocontexto criminoso, **esta denúncia imputa a LULA, especificamente, os crimes relacionados ao Grupo OAS [OAS]** que serão a seguir detalhados, sem prejuízo de novas acusações futuras. **Dentre os procedimentos licitatórios da PETROBRAS que foram fraudados pelas empreiteiras cartelizadas, estão os relativos a obras da REPAR (Refinaria Presidente Vargas, localizada em Araucária/PR) e da RNEST (Refinaria Abreu e Lima, localizada em Ipojuca/PE), em que a OAS foi favorecida.** Nesses casos, entre 11/10/2006 e 23/01/2012, LULA, contando com a atuação de RENATO DUQUE, PEDRO BARUSCO e PAULO ROBERTO COSTA nas Diretorias de Serviços e Abastecimento da Estatal, foi o responsável pela geração e pagamento de vantagens indevidas de, pelo menos, R\$ 87.624.971,26, oferecidas e prometidas por LÉO PINHEIRO FILHO e AGENOR MEDEIROS, executivos da OAS, para que estes obtivessem benefícios nas referidas obras.

12. Parte dessa propina, cerca de R\$ 2.424.990,83, foi recebida por LULA por meio de expedientes de ocultação e dissimulação de propriedade de bens e valores, isto é, mediante atos de lavagem de dinheiro. LULA, com a participação de sua esposa MARISA LETÍCIA, assim como dos executivos do Grupo OAS LÉO PINHEIRO, PAULO GORDILHO, FÁBIO YONAMIME e ROBERTO MOREIRA, pelo menos desde data próxima a 08/10/2009 até a presente data, recebeu o

apartamento 164-A do Condomínio Solaris, em Guarujá/SP, personalizado e decorado **com recursos provenientes dos crimes praticados em prejuízo da Administração Pública Federal, notadamente da PETROBRAS.**

13. Outra parte dos recursos desviados, cerca de R\$ 1.313.747,24, foi recebida por LULA por meio de expedientes de ocultação e dissimulação da sua disposição e propriedade, ou seja, por meio de atos de lavagem de dinheiro. LULA, com a participação de PAULO OKAMOTO e de LÉO PINHEIRO, entre 01/01/2011 e 16/01/2016, recebeu indiretamente do Grupo OAS aquele valor, por meio do pagamento, por esse grupo, mediante a assinatura de um contrato fraudulento, de armazenagem de bens no interesse do ex-Presidente da República” (Doc. 3, fls. 9-10 - destaquei).

Do que se infere da narrativa acusatória, a celebração fraudulenta de contratos entre a Petrobras S/A e o Grupo OAS, especialmente no tocante às obras da REPAR e da RNEST, contou com a participação do ora paciente, no exercício das funções de Presidente da República, o qual, em contrapartida, teria sido beneficiado com os bens e valores descritos, submetidos a processo de ocultação ou distanciamento de suas origens ilícitas.

Tal participação se consubstanciaria na viabilização da nomeação e manutenção de diretores da Petrobras S/A que se ajustaram aos propósitos ilícitos do grupo criminoso organizado, e que atuaram diretamente nos procedimentos fraudulentos de contratação por parte da aludida sociedade de economia mista, em ajustes espúrios com o denominado “cartel de empreiteiras”.

A conduta atribuída ao ora paciente, qual seja, viabilizar nomeação e manutenção de agentes que aderiram aos propósitos ilícitos do grupo criminoso em cargos estratégicos na estrutura do Governo Federal, não era restrita à Petrobras S/A, mas a extensa gama de órgãos públicos em que era possível o alcance dos objetivos políticos e financeiros espúrios, conforme narra a própria incoativa sob análise:

“30. Os esquemas revelados no ‘Mensalão’ e na ‘Operação Lava Jato’ envolveram, dentre outros, crimes de corrupção praticados no alto escalão da Administração Pública Federal. Observou-se, nesses dois casos, a criação de uma estrutura que direcionava benefícios aos que estavam no poder e aos seus partidos.

Assim, uma nota comum dessas engrenagens delituosas foi o seu funcionamento em benefício de LULA, não só pelas vantagens financeiras que recebeu, mas também pela governabilidade conquistada e pelo fortalecimento de seu partido. Foram os partidos e os políticos que orbitaram ao redor dele, como ele próprio, que enriqueceram e tiveram seus projetos de poder alavancados por polpudas somas monetárias, desequilibrando pleitos eleitorais e afetando uma face da democracia pela disputa eleitoral com candidatos alavancados com o financiamento a partir de recursos ilícitos.

Ambos os esquemas eram simultaneamente de governo e partidários. LULA era a pessoa mais importante no Governo e no partido, em benefício do qual fluíram vantagens centrais dos crimes. Contudo, **não se trata apenas de corrupção identificada no ‘Mensalão’ e na PETROBRAS, pois, como se indicará, brevemente, a seguir, ao longo de todos os anos em que LULA ocupou o mais alto cargo do Poder Executivo federal, diversos outros casos de corrupção semelhantes foram verificados.** Desenvolvidos no âmbito da alta cúpula política do país, com o envolvimento de diferentes partidos da base aliada do Governo Federal, os benefícios desses esquemas convergiram, direta e indiretamente, ao vértice comum de todos eles, no qual se encontrava LULA.

(...)

No mesmo sentido, e conforme já destacado acima, a formação da base aliada do Governo LULA, com a negociação do apoio do PMDB e PP, envolveu a distribuição de outros cargos da alta Administração Pública Federal, dentro de um contexto em que líderes partidários comprovadamente usaram os cargos para a arrecadação de propinas. **Embora não se possa**

**dizer que todos os indicados, em todos os casos, arrecadaram propina, é possível, a partir das provas, afirmar que existia sim um sistema com esse objetivo, que abarcava seguramente diversos cargos públicos como na PETROBRAS, ELETRONUCLEAR, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, que, de fato, foram utilizados para a arrecadação de propina para agentes e partidos políticos.” (Doc. 3, fls. 19-20 – destaquei)**

O Ministério Público Federal, à época em que aforou a denúncia em desfavor do paciente, embora tenha invocado a prevenção da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba (Doc. 3), tinha ciência da extensão alcançada pelas condutas que lhe foram atribuídas, as quais abarcaram não só a Petrobras S/A, mas outros órgãos públicos, sociedades de economia mista e empresas públicas no âmbito das quais, com semelhante *modus operandi*, foram celebradas contratações revestidas de ilicitudes, em benefício espúrio de agentes públicos, agremiações partidárias e empreiteiras.

Optou-se, à época, pela concentração dos feitos relacionados ao aludido grupo criminoso no âmbito da competência da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba, dentre os quais o caso ora sob análise.

Todavia, como visto, o Plenário do Supremo Tribunal assentou que “[N]enhum órgão jurisdicional pode-se arvorar de juízo universal de todo e qualquer crime relacionado a desvio de verbas para fins político-partidários, à revelia das regras de competência” (INQ 4.130 QO, Rel. Min. Dias Toffoli, j. em 23.9.2015); definindo, posteriormente, que os fatos envolvendo a atuação de agentes políticos, praticados em decorrência de suas funções exercidas na Capital Federal, e quando ausente liame direto com ilícitos praticados em detrimento da Petrobras S/A, devem ser processados pela Seção Judiciária do Distrito Federal (INQs 4.327 e 4.483, de minha relatoria – vencido no ponto, j. 19.12.2017).

No caso, ainda que as vantagens indevidas tenham origem na denominada “conta-corrente geral de propinas” mantida entre o Grupo OAS e o Partido dos Trabalhadores, como afirma a Procuradoria-Geral da

## HC 193726 AGR / PR

República nas razões recursais (Doc. 40), a própria denúncia indica que tais recursos não eram originados exclusivamente de contratações celebradas com a Petrobras S/A.

Anote-se que a defesa técnica do paciente questionou a competência para o processo e julgamento da ação penal subjacente perante o aludido juízo em razão da aventada conexão, tendo provocado específica prestação jurisdicional por ocasião das alegações finais; nos embargos declaratórios opostos em face da sentença condenatória; nas razões do recurso de apelação interposto; igualmente nos recursos extraordinários aviados e, por fim, o questionamento específico na presente impetração, ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal, rememoro, em 3.11.2020 (Doc. 1), razão pela qual, diversamente do que alegado pela Procuradoria-Geral da República no presente agravo regimental, a questão não se encontra preclusa.

Ainda que as exceções de incompetência tenham sido julgadas pelas instâncias ordinárias, tal circunstância não é impeditiva à devolução da matéria aos tribunais superiores pela via do *habeas corpus*, desde que observados os limites cognitivos da ação constitucional, como ocorre no caso em apreço.

Na hipótese, restou demonstrado que as condutas atribuídas ao paciente não foram diretamente direcionadas a contratos específicos celebrados entre o Grupo OAS e a Petrobras S/A, constatação que, em cotejo com os já estudados precedentes do Plenário e da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, permite a conclusão pela não configuração da conexão que autorizaria, no caso concreto, a modificação da competência jurisdicional.

Com efeito, o ponto de intersecção entre os fatos narrados na exordial acusatória e a causa atrativa da competência da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba é o pertencimento do Grupo OAS ao cartel de empreiteiras que atuava de forma ilícita – dentre outros órgãos públicos, sociedades de economia mista e empresas públicas –, em contratações celebradas com a Petrobras S/A.

A petição acusatória não atribui específica e expressamente ao

## HC 193726 AGR / PR

paciente uma relação de causa e efeito entre a sua atuação como Presidente da República e determinada contratação realizada pelo Grupo OAS com a Petrobras S/A, em decorrência da qual se tenha acertado o pagamento da vantagem indevida.

Na estrutura delituosa delimitada pelo Ministério Público Federal, ao paciente são atribuídas condutas condizentes com a figura central do grupo criminoso organizado, com ampla atuação nos diversos órgãos pelos quais se espalharam as práticas ilícitas, sendo a Petrobras S/A um deles, conforme já demonstrado em excerto extraído da exordial acusatória.

O caso, portanto, não se amolda ao que se tem decidido, majoritariamente, no âmbito do Plenário e da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, a partir de 2015, a respeito da competência da 13ª Vara Federal de Curitiba, delimitada, como visto, exclusivamente aos ilícitos praticados em detrimento da Petrobras S/A.

Nesse sentido, calha destacar a conclusão exarada pela Segunda Turma por ocasião do julgamento de agravos regimentais interpostos nos autos da PET 6.664, destinada ao tratamento de termos de depoimento prestados em acordos de colaboração premiada firmados por colaboradores ligados ao Grupo Odebrecht, inicialmente remetidos à 13ª Vara Federal de Curitiba, mas redirecionados à Seção Judiciária do Distrito Federal por deliberação majoritária. Confira-se:

EMENTA Agravo regimental no agravo regimental na petição. Impugnação da decisão em que se determinou a remessa à Seção Judiciária do Paraná de cópia de termos de depoimento colhidos no âmbito de acordo de colaboração premiada celebrado entre o Ministério Público Federal e integrantes do Grupo Odebrecht. Aventado bis in idem. Alegação de que os fatos relatados coincidiriam com o objeto do Inq nº 4.437 e do Inq. 4.430, em trâmite no Supremo Tribunal Federal. Não ocorrência. Pretendida fixação da competência da Seção Judiciária de São Paulo ou do Distrito Federal para conhecer de supostos ilícitos penais noticiados nos termos de

colaboração. Plausibilidade jurídica da tese defensiva. Narrativa que faz referência a fatos supostamente ocorridos em São Paulo e em Brasília que, a princípio, não se relacionam com os ilícitos ocorridos no âmbito da Petrobras, alvo de apuração na Operação Lava a Jato, não se justificando, portanto, a competência do Juízo de Curitiba/PR. Núcleo político que deverá ser processado na Capital Federal, na linha de precedentes. Agravo regimental ao qual se dá provimento tão somente para determinar a remessa dos termos de colaboração premiada à Seção Judiciária do Distrito Federal. Determinação que não firma, em definitivo, a competência do juízo indicado. Investigação em fase embrionária. Impossibilidade, em sede de cognição sumária, de se verticalizar a análise de todos os aspectos concernentes à declinação de competência. Precedentes. (Pet 6664 AgR-AgR, Rel.: EDSON FACHIN, Rel. p/ Acórdão: DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 14.8.2018)

Elucidativos são os fundamentos declinados pelo eminente Ministro Dias Toffoli, designado Redator para o acórdão:

“(…)

Todavia, o contexto dos autos demonstra que a narrativa dos colaboradores faz referência a supostos fatos ocorridos em São Paulo e em Brasília que, a princípio, não se relacionam com os ilícitos ocorridos no âmbito da Petrobras propriamente dito, alvo de apuração na Operação Lava a Jato, não se justificando, portanto, a competência do Juízo de Curitiba/PR.

Por essa perspectiva, o caso, com a devida venia do Relator, é de fixação da competência das Seções Judiciárias de São Paulo ou do Distrito Federal.

Contudo, à luz da conclusão da Corte no julgamento conjunto dos agravos regimentais interpostos nos autos do Inq nº 4.327 e do Inq nº 4.483, em 19/12/17, de que o núcleo político deveria ser processado nesta Capital Federal, o Ministro Edson Fachin, no julgamento do Inq nº 4.325/DF, “que atribuía a

Guido Mantega suposta participação em organização criminosa, com base em relatos das delações da Odebrecht, João Santana e da JBS”, decidiu declinar da competência da Corte para a Seção Judiciária do Distrito Federal.

No que se refere ao agravo regimental do Ex-Presidente Lula, a despeito de a narrativa dos colaboradores fazer referência a supostos fatos ocorridos em São Paulo e em Brasília, o que, a princípio, não se relaciona com os ilícitos ocorridos no âmbito da Petrobras propriamente dito, alvo de apuração na Operação Lava a Jato, penso, pelas mesmas premissas do entendimento externado no caso do agravante Guido Mantega, que essa hipótese também é de fixação da competência da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Importante frisar, por fim, nos que se refere aos agravantes, que as investigações se encontram em fase embrionária. Diante da impossibilidade, em sede de cognição sumária, de se verticalizar a análise de todos os aspectos concernentes à declinação de competência, o encaminhamento de termos de colaboração em questão não firmará, em definitivo, a competência do juízo indicado, devendo ser observadas as regras de fixação, de modificação e de concentração de competência, respeitando-se, assim, o princípio do juiz natural (v.g. Inq nº 4.130/PRQO, Pleno, de minha relatoria, DJe de 3/2/16).

Em face dessas considerações, rogando novamente a mais respeitosa venia ao Relator, dou provimento aos agravos regimentais de Guido Mantega e de Luiz Inácio Lula da Silva para determinar o encaminhamento dos autos à Seção Judiciária do Distrito Federal” (PET 6.664, fls. 250-251).

Considerados os precedentes sobre o tema, as razões expostas pela Procuradoria-Geral da República não autorizam a reforma da decisão agravada, a qual, a despeito dos entendimentos divergentes externados ao longo dos anos, prestigia o princípio da colegialidade e materializa o dever imposto a todos os tribunais pátrios de “uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente”, conforme preceitua o

## HC 193726 AGR / PR

art. 926, *caput*, do Código de Processo Civil.

Conforme assentei na decisão ora agravada, as regras de competência, ao concretizarem o princípio do juiz natural, servem para garantir a imparcialidade da atuação jurisdicional: respostas análogas a casos análogos. Com as decisões proferidas no âmbito do Supremo Tribunal Federal, não há como sustentar que apenas o caso do ora paciente deva ter a jurisdição prestada pela 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba.

A agravante PGR sustenta, ainda, a necessidade de reconhecimento da *“eficácia meramente prospectiva da decisão agravada, considerando-se válidos os atos até então praticados”* (Doc. 40), em razão da natureza relativa da incompetência reconhecida; da inexistência de demonstração do prejuízo causado à defesa do paciente; e da aplicação da teoria do juízo aparente, aduzindo tratar a hipótese de *“erro escusável do juiz sobre sua competência”*.

Todavia, conforme destacado alhures, à época do ajuizamento da denúncia, datada de 14.9.2016 (Doc. 3), já era do conhecimento do Ministério Público Federal, bem como do Juízo da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba, que os fatos denunciados não diziam respeito a delitos praticados direta e exclusivamente em detrimento da Petrobras S/A, sendo certo que o primeiro precedente a reduzir a competência daquele juízo foi proferido em 23.9.2015 (INQ 4.130 QO), motivo pelo qual a teoria do juízo aparente não se aplica ao caso.

Com efeito, a superveniência de circunstâncias fáticas aptas a alterar a competência da autoridade judicial, até então desconhecidas, é que autoriza a preservação dos atos praticados por juízo aparentemente competente em razão do quadro fático subjacente no momento em que requerida a prestação jurisdicional, o que, como visto, não ocorre na hipótese.

Nesse sentido:

E M E N T A: RECURSO ORDINÁRIO EM “HABEAS CORPUS” – SUSTENTAÇÃO ORAL EM SEDE DE AGRAVO INTERNO – INDEFERIMENTO DO PLEITO – EXPRESSA VEDAÇÃO REGIMENTAL (RISTF, ART. 131, § 2º) –

PRECEDENTES DA COLETA SEGUNDA TURMA DESTA CORTE NO SENTIDO DA ADMISSIBILIDADE DESSE PEDIDO, EMBORA EM CARÁTER EXCEPCIONAL – INSUFICIÊNCIA, PORÉM, DAS RAZÕES APONTADAS PELA PARTE ORA AGRAVANTE, EIS QUE A DECISÃO RECORRIDA REFLETE, COM INTEGRAL FIDELIDADE, A JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE O MÉRITO DA CONTROVÉRSIA, CIRCUNSTÂNCIA ESTA QUE, ADEMAIS, POSSIBILITOU AO RELATOR DA CAUSA ATUAR, MONOCRATICAMENTE, NO JULGAMENTO DA MATÉRIA VERSADA NO RECURSO ORDINÁRIO – COMPETÊNCIA ESSA DELEGADA PELO ORDENAMENTO POSITIVO BRASILEIRO (RISTF, ART. 192, “CAPUT”, NA REDAÇÃO DADA PELA ER Nº 30/2009, APLICÁVEL À HIPÓTESE DESTES AUTOS POR EFEITO DO ART. 312 DO RISTF) – SUPOSTA INÉPCIA DA DENÚNCIA – REITERAÇÃO DE PEDIDO – INVOCAÇÃO DOS MESMOS FUNDAMENTOS DE DIREITO E/OU DE FATO APRESENTADOS EM ANTERIOR RECURSO ORDINÁRIO EM “HABEAS CORPUS” DEDUZIDO PERANTE ESTA SUPREMA CORTE – PRETENDIDO RECONHECIMENTO DA ILICITUDE DAS PROVAS OBTIDAS NA “OPERAÇÃO SAÚVA” – A QUESTÃO DA FONTE AUTÔNOMA DE PROVA (“AN INDEPENDENT SOURCE”) E A SUA DESVINCULAÇÃO CAUSAL DA PROVA ILICITAMENTE OBTIDA – DOCTRINA – PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (RHC 90.376/RJ, REL. MIN. CELSO DE MELLO, v.g.) – JURISPRUDÊNCIA COMPARADA (A EXPERIÊNCIA DA SUPREMA CORTE AMERICANA): CASOS “SILVERTHORNE LUMBER CO. V. UNITED STATES (1920); SEGURA V. UNITED STATES (1984); NIX V. WILLIAMS (1984); MURRAY V. UNITED STATES (1988)”, v.g. – SITUAÇÃO DE ILIQUIDEZ, AINDA, QUANTO AOS FATOS QUE CARACTERIZARIAM, EVENTUALMENTE, A ALEGADA NULIDADE – CONTROVÉRSIA QUE IMPLICA EXAME APROFUNDADO DE FATOS E CONFRONTO ANALÍTICO

DE MATÉRIA ESSENCIALMENTE PROBATÓRIA - INVIABILIDADE NA VIA SUMARÍSSIMA DO "HABEAS CORPUS" - PRECEDENTES - FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DO ATO DECISÓRIO QUE DETERMINOU A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA - INOCORRÊNCIA - DECISÃO COM MOTIVAÇÃO IDÔNEA QUE ENCONTRA APOIO EM FATOS CONCRETOS E QUE OBSERVOU OS REQUISITOS PREVISTOS NOS ARTS. 2º, EM SEUS INCISOS I, II E III, E 5º DA LEI Nº 9.296/96 - SUCESSIVAS PRORROGAÇÕES DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA - POSSIBILIDADE - PERÍODO NÃO SUPERIOR A 15 (QUINZE) DIAS EM CADA RENOVAÇÃO - PRECEDENTES - USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO - INEXISTÊNCIA - APLICABILIDADE, AO CASO, DA TEORIA DO JUÍZO APARENTE, EIS QUE, AO AUTORIZAR AS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS, O JUÍZO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA NÃO TINHA CONHECIMENTO DE QUE SE ACHAVAM ENVOLVIDAS AUTORIDADES MILITARES EM CIRCUNSTÂNCIAS APTAS A ATRAIR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA CASTRENSE - PRECEDENTES - PARECER DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA PELO NÃO PROVIMENTO DESTA ESPÉCIE RECURSAL - RECURSO IMPROVIDO. (RHC 153869 AgR, Rel.: CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 4.5.2020 - destaquei)

Ementa: HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CONHECIMENTO. OPERAÇÃO POLICIAL. TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. PRORROGAÇÕES SUCESSIVAS. CABIMENTO. COMPLEXIDADE DA INVESTIGAÇÃO. DEFERIMENTO DE MEDIDA INVESTIGATIVA. POSTERIOR DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. VALIDADE. JUÍZO APARENTE. INOVAÇÃO ARGUMENTATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE

EXAME. RISCO DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. 1. Não se admite habeas corpus substitutivo de recurso ordinário constitucional, sob pena de desvirtuamento das regras e prazos processuais, peremptoriamente previstos em lei. 2. É possível a prorrogação do prazo de autorização para interceptação telefônica, ainda que sucessivamente, especialmente quando, em razão do número de fatos e investigados, o caso seja dotado de complexidade que demande uma investigação diferenciada, profícua e contínua. 3. **Segundo a teoria do juízo aparente, não há nulidade na medida investigativa deferida por magistrado que, posteriormente, vem a declinar da competência por motivo superveniente e desconhecido à época da autorização judicial.** 4. Caracteriza-se indevida supressão de instância o enfrentamento de argumento não analisado pela instância a quo. 5. Habeas corpus não conhecido, revogando-se a liminar anteriormente deferida. (HC 120027, Rel.: MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão: EDSON FACHIN, Primeira Turma, j. em 24.11.2015 - destaquei)

Nessa ambiência, não desconheço o teor do precedente firmado no âmbito da Segunda Turma por ocasião do julgamento do HC 88.262, da relatoria do eminente Ministro Gilmar Mendes, realizado em 18.12.2006, no qual se decidiu pela possibilidade de convalidação inclusive dos atos decisórios, mesmo nos casos de reconhecimento da incompetência absoluta do juízo, conforme se infere do seguinte excerto extraído do voto de Sua Excelência:

“Em síntese, observa-se que, embora inicialmente o STF tenha entendido que a incompetência do juízo anulava somente os atos decisórios, a partir do HC nº 83.006/SP, essa posição foi, de certo modo, superada, no sentido de que, em determinadas situações, é possível a ratificação, pelo juízo competente, com relação a atos decisórios, ainda que emanados de autoridades incompetentes” (HC 88.262, Inteiro teor, fl. 13).

## HC 193726 AGR / PR

O mesmo entendimento, no entanto, não foi reproduzido em julgamentos posteriores, nos quais, como corolário do reconhecimento da alegação de incompetência do juízo, foram declarados nulos os atos decisórios.

A propósito:

Ementa: Habeas Corpus originário. Competência da Justiça Militar da União. Interpretação restritiva. Civil acusado de Uso de Documento falso. Competência da Justiça Federal. Precedentes. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal adota interpretação restritiva na definição da competência da Justiça Militar da União para o julgamento de civis em tempo de paz. 2. Compete à Justiça Federal processar e julgar civil acusado de uso de documento falso (art. 315 do CPM). 3. **Ordem parcialmente concedida para declarar a insubsistência dos atos decisórios e determinar o encaminhamento dos autos à Justiça Federal.** (HC 121189, Rel.: ROSA WEBER, Rel. p/ Acórdão: ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, j. em 19.8.2014 – destaquei)

No mesmo sentido foi a decisão tomada pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal por ocasião do julgamento do HC 107.242, realizado em 17.5.2011, oportunidade na qual, nos termos do voto do Relator, o Ministro Gilmar Mendes, concedeu a ordem de *habeas corpus* a fim “(...) *anular todos os atos processuais praticados desde o recebimento da denúncia, inclusive*”.

Por fim, nada obstante a Procuradoria-Geral da República pugne pela aplicação ao caso da norma extraída do art. 64, § 4º, do Código de Processo Civil, segundo a qual “[S]alvo decisão judicial em contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente”, é certo que o Direito Processual Penal vem dotado de regra própria que estabelece a sanção de nulidade aos atos decisórios praticados por juízo incompetente, nos termos do art. 567 do Código de Processo Penal, em plena vigência no ordenamento jurídico pátrio.

## HC 193726 AGR / PR

Nesse sentido, não seria aplicável ao caso o precedente firmado por ocasião do julgamento do ARE 850.933 AgR, da Relatoria do eminente Ministro Dias Toffoli, no qual se cuidou de insurgência interposta no contexto de ação de improbidade administrativa, cujo procedimento é regulado na Lei n. 8.429/1992.

A observância da jurisprudência obsta provimento à pretensão recursal.

Em nexos de coerência, prossigo examinando a suscitação subsequente constante do mesmo agravo quanto à **extensão da declaração da incompetência do Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba às demais ações penais deflagradas em desfavor do paciente.**

Sustenta a Procuradoria-Geral da República, ainda, a impossibilidade de extensão da ordem concedida nestes autos às demais ações penais deflagradas em desfavor do paciente perante o Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba (Ação Penal n. 5021365-32.2017.4.04.7000/PR – Sítio de Atibaia; Ação Penal n. 5063130-17.2018.4.04.7000/PR – sede do Instituto Lula; e Ação Penal n. 5044305-83.2020.4.04.7000/PR – doações ao Instituto Lula).

Nada obstante os argumentos ministeriais, em todos os casos as denúncias foram estruturadas da mesma forma daquela ofertada nos autos da Ação Penal n. 5046512-94.2016.4.04.7000/PR, ou seja, atribuindo ao paciente o papel de figura central do grupo criminoso organizado, com ampla atuação nos diversos órgãos pelos quais se espalharam a prática de ilicitudes, sendo a Petrobras S/A apenas um deles.

Com efeito, à luz da narrativa exposta pelo Ministério Público Federal em denúncia oferecida nos autos da Ação Penal n. 5063130-17.2018.4.04.7000/PR, na mesma especialidade, o paciente teria recebido do Grupo Odebrecht vantagens indevidas consistentes “em um imóvel para a instalação do Instituto Lula”, à época avaliado em R\$ 12.422.000,00; bem como no “apartamento nº 121 do Residencial Hill House, bloco 1, localizado na Avenida Francisco Prestes Maia, 1.501, São Bernardo do Campo/SP”, avaliado em R\$ 504.000,00.

A leitura da denúncia oferecida naqueles autos também revela que a

## HC 193726 AGR / PR

atuação do ora paciente, circunscrita à nomeação e manutenção de agentes públicos aderentes aos propósitos ilícitos do grupo organizado, não se dava apenas no âmbito da Petrobras S/A, mas em outros órgãos da Administração Pública Federal.

Anote-se o seguinte excerto:

“(…)

Efetivamente, as provas coletadas na Operação Lava Jato trouxeram a lume que as diretorias da Petrobras estavam divididas entre partidos políticos, notadamente o Partido dos Trabalhadores, o Partido Progressista e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro que haviam negociado a nomeação desses diretores e que, portanto, eram destinatários, assim como os parlamentares integrantes das agremiações que dominavam as diretorias da estatal, de parcela substancial dos valores ilícitos obtidos no esquema criminoso.

O avançar das apurações evidenciou mais: que no vértice do esquema criminoso revelado figurava o então Presidente da República, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, orquestrando uma sofisticada estrutura ilícita de apoio parlamentar, assentada na distribuição de cargos públicos na Administração Pública Federal, como foi o caso das mais importantes diretorias da Petrobras, que geravam recursos que eram repassados para seu enriquecimento ilícito próprio, dos agentes políticos e das próprias agremiações que participavam do loteamento dos cargos públicos, alimentando campanhas eleitorais com dinheiro criminoso, assim como funcionários públicos detentores dos cargos e operadores financeiros.

Efetivamente, como apurado, após assumir o cargo de Presidente da República, LULA comandou a formação de um esquema delituoso de desvio de recursos públicos destinados a enriquecer ilicitamente, bem como, visando à perpetuação criminosa no poder, comprar apoio parlamentar e financiar caras campanhas eleitorais.

Nesse cenário de macrocorrupção para além da Petrobras, a distribuição dos altos cargos na Administração Pública

Federal, incluindo as Diretorias da Petrobras, era, pelo menos em muitos casos, um instrumento para a arrecadação de propinas, em benefício do enriquecimento de agentes públicos, da perpetuação criminosa no poder e da compra de apoio político de agremiações a fim de garantir a fidelidade destas ao governo LULA. As propinas eram arrecadadas pelos detentores de posições prestigiadas em entidades públicas, de particulares que se relacionavam com tais entidades, diretamente ou por meio de intermediários, para serem em seguida distribuídas entre operadores, funcionários e seus padrinhos políticos” (Doc. 5 da RCL 33.543 – destaquei).

Remarque-se: aqui também o Ministério Público Federal atribui ao paciente a responsabilidade pela formação do que denomina de “caixa geral de propinas”, abastecido com recursos oriundos de contratações celebradas no âmbito não só da Petrobras S/A, de outros diversos órgãos públicos:

“(…)

Ao lotear a administração pública federal direta e indireta, com propósito criminoso, LULA distribuiu para o Partido dos Trabalhadores e para os demais partidos que integravam a sua base, notadamente o Partido Progressista e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, verdadeiros postos avançados de arrecadação de propinas ou vertedouros de recursos escusos. Em se tratando da distribuição de cargos no âmbito do Governo Federal, que possui dezenas de Ministérios e Secretarias, além de mais de 100 autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, é importante dizer que o controle da coleta e distribuição de propinas para comprar apoio parlamentar de outros políticos e partidos, enriquecer ilicitamente os envolvidos e financiar caras campanhas eleitorais do PT em prol da permanência no poder, seguiu a lógica de um caixa geral.

Os recursos ilícitos angariados pelos altos funcionários públicos apadrinhados eram, em parte, a eles destinados

## HC 193726 AGR / PR

(percentual da 'casa'), em parte destinados para o caixa geral do partido e, em parte, gastos com os operadores financeiros para fazer frente aos 'custos da lavagem dos capitais'" (Doc. 5 da RCL 33.543 – destaquei).

Colhe-se ainda mais, nessa linha:

“(…)

Especificamente no que interessa à presente denúncia, o Grupo ODEBRECHT, assim como as demais empreiteiras atuantes no esquema criminoso deslindado, possuía um caixa geral de propinas com o Partido dos Trabalhadores, para o qual eram vertidas as vantagens indevidas prometidas pela empreiteira em decorrência das obras em que foi beneficiada no âmbito do Governo Federal, notadamente na Petrobras” (Doc. 5 da RCL 33.543 – destaquei).

Verifica-se que não há, contudo, o apontamento de qualquer ato praticado pelo paciente no contexto das específicas contratações realizadas pelo Grupo Odebrecht com a Petrobras S/A, o que afasta, por igual, a competência da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba ao processo e julgamento das acusações.

Idêntica situação é constatada na denúncia oferecida nos autos da Ação Penal n. 5021365-32.2017.4.04.7000/PR, segundo a qual o paciente teria recebido dos Grupos OAS e Odebrecht vantagens indevidas consubstanciadas em reformas patrocinadas em sítio, localizado no Município de Atibaia/SP, as quais totalizaram R\$ 1.020.500,00 (um milhão, vinte mil e quinhentos reais).

Aliás, os trechos já colacionados da denúncia oferecida nos autos da Ação Penal n. 5063130-17.2018.4.04.7000/PR (caso “Instituto Lula”) são reproduzidos na exordial acusatória da Ação Penal n. 5021365-32.2017.4.04.7000/PR (caso “Sítio de Atibaia”), a revelar que o *modus operandi* atribuído ao paciente é o mesmo em todos os fatos denunciados, conforme se infere do Doc. 18 do HC 174.988.

Tal se dá com a denúncia formulada nos autos da Ação Penal n.

## HC 193726 AGR / PR

5044305-83.2020.4.04.7000/PR, em que se atribui a prática de crimes de lavagem de capitais, consistentes em 4 (quatro) supostas doações simuladas, realizadas pelo Grupo Odebrecht, em favor do Instituto Lula, cada uma no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), realizadas nos dias 16.12.2013, 31.1.2014, 5.3.2014 e 31.3.2014, totalizando a quantia de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), conforme revela o Doc. 9 da RCL 45.325.

Nesse sentido, constatada a identidade de situações jurídicas, nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal, torna-se imperiosa a extensão dos fundamentos declinados neste voto às demais ações penais que tramitam em desfavor do paciente perante a 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba.

Prossigo a fim de examinar a derradeira irresignação recursal.